

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: (DES)CAMINHOS E (IM)POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

William Scheidegger Moreira (1); Fernando Altair Pocahy (2)

(1) *Universidade do Estado do Rio de Janeiro, william-scheidegger@hotmail.com*

(2) *Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pocahy@uol.com.br*

Resumo

O presente trabalho consiste em um relato de experiência sobre uma atividade formativa na graduação em Pedagogia, articulada a uma proposta de acompanhamento de trabalho docente em Educação Infantil. Trata-se de observação(-participante) em práticas docentes, realizada em uma creche municipal localizada em uma comunidade da zona norte do Rio de Janeiro. A experiência a ser problematizada foi produzida a partir do encontro com uma turma de maternal II, frequentada por 25 crianças com faixa etária de 3 a 4 anos de idade. O estudo em tela teve como objetivo a problematização das atividades de sala de aula, a partir de um olhar interessado sobre as relações de gênero e sexualidade, apoiado em reflexões de estudiosas feministas e *queer* no campo da educação.

Palavras-chave: gênero, sexualidade, educação infantil, democracia, estágio docente.

Introdução:

O presente trabalho consiste em um relato de experiência sobre uma atividade formativa na graduação em Pedagogia, articulada a uma proposta de acompanhamento de trabalho docente em Educação Infantil. Realizamos um observação(-participante) na disciplina de Formação de Professorxs para a Educação Infantil: estágio Supervisionado, no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A atuação do estágio sobre/ em práticas docentes foi realizada em uma creche municipal localizada em uma comunidade da zona norte do Rio de Janeiro. A experiência a ser problematizada foi produzida a partir do encontro com uma turma de maternal II, frequentada por 25 crianças com faixa etária de 3 a 4 anos de idade. A turma que acompanhamos era conduzida por uma professora regente e duas agentes de educação infantil que atuavam na turma em horários distintos, sendo uma auxiliar responsável pelo auxílio pedagógico no turno da manhã e uma auxiliar responsável pelo auxílio pedagógico no turno da tarde. Além disso, um professor substituto (o primeiro autor deste texto), que assumiria a turma após um mês acompanhando a classe, a contar do primeiro dia do estágio de observação(-participante).

Com o apoio de leituras endereçadas às questões de gênero em perspectiva interseccional (Vigoya, 2009; Pocahy, 2011) procederam-se as observações(-participativas), guiadas pelo princípio teórico-metodológico da pesquisa-intervenção (Aguiar & Rocha, 2003; Maraschin, 2004). Com essa perspectiva, tomamos como objeto privilegiado discursos-práticas que regulam, normatizam e padronizam as performances de crianças na creche, no mesmo instante em que temos/tivemos a chance de acompanhar-intervir a/na reversibilidade dessas práticas. O que significa pesquisar-intervir nos/com os cotidianos, como espaços-tempos por onde tecemos nossas redes de conhecimento e subjetividade, “procurando nelas, não as marcas da estrutura social que as iguala e padroniza, mas, sobretudo, os traços de uma lógica de produção de ações de sujeitos reais, agentes de suas vidas irredutíveis à lógica estrutural, plural e diferenciada” (OLIVEIRA, 2001,p.43).

Gênero e sexualidade(s) na pedagogia para a primeira infância: Urgências e desafios

Na turma em que o trabalho foi realizado era comum a separação de espaços, demarcados como femininos e masculinos; Por exemplo, os lugares onde as mochilas eram penduradas e a chamada de classe, que se apresentava aos alunos com um lugar específico para nomes de meninos, impressos em papel branco e colados em papel azul como plano de fundo, bem como lugares específicos para nomes de meninas, impressos em papel branco e colados em papel rosa como plano de fundo. Essas cores que, socialmente, são utilizadas para demarcação de representações delimitações de performances ditas femininas/masculinas antes mesmo de nascermos (Louro, 2000), frequentemente faziam-se presentes no cotidiano da instituição, assumindo um caráter conservador e separatista.

Ao longo do trabalho, foram observadas também as formas de circulação das crianças pelos espaços da instituição, que também eram apresentadas de maneira dicotômica, evidenciando, ainda que sutilmente, que pessoas do gênero masculino ocupam determinados espaços físicos e simbólicos e pessoas do gênero feminino ocupam outros lugares nessa arquitetura política. Esses espaços não permitiam tensionamentos ou desestabilidades e, desde muito cedo, discursos movimentam as práticas de profissionais da Educação, interpelando de forma normativas experimentações discentes que ganhavam/produziam corpo em sala de aula. Esses discursos (de poder) orientam crianças de creche sobre sua forma correta de sentar ou se portar ou a escolha do brinquedo ideal, dotado de masculinidade para meninos e feminilidade para meninas, entre outras formas de experimentação do lúdico. Essa pedagogia dos corpos (Louro, 2000) aplica-se de forma

direta e visível, através de discursos e práticas, e de maneira indireta e sutil, como na separação entre meninos e meninas em filas para a merenda e em representações de situações e/ou informes em murais. Avisos e informes esses que constantemente vinham representados por casais heteronormativos, como no caso dos murais informativos para festa junina sempre compostos por um menino e uma menina como par ideal, vestindo roupas de caipira, o que terminava por invisibilizar outras representações de arranjos sexuais e de gênero.

A partir de situações como as descritas acima, o trabalho buscou compreender os efeitos dos ideais regulatórios de gênero e sexualidade nas práticas docentes, suas repercussões nas experimentações pedagógicas e no brincar-conhecer das crianças, tanto quanto refletir sobre posturas e situações cotidianas vivenciadas por crianças e profissionais de Educação no dia a dia da educação infantil. Alguns estudiosos afirmam que “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas.” (Louro, 2000)..

O cotidiano dessa experiência de observação(-participante) sinalizou a proliferação e a permanência de princípios educativos conservadores e de práticas heteronormativas e sexistas tecendo o cotidiano escolar, sendo vivenciadas com forte apelo às representações binárias de gênero. Esta evidência nos aponta para uma pernicioso margem à expansão de expressões e fazeres cotidianos regulados por discursos heteronormativos. No entanto, por outro lado, o estudo revela práticas de resistência no cotidiano. Mesmo com o forte caráter conservador de alguns profissionais da instituição, algumas poucas crianças mantinham posicionamentos políticos de reivindicação das próprias práticas de circulação pelos espaços da creche, assim como de reivindicação das brincadeiras e experimentações que gostariam de protagonizar.

Ainda que, em alguns casos, essas reivindicações e enfrentamentos das políticas normativas sexuais e de gênero surgissem como demanda advinda das crianças, frequentemente essas eram ignoradas ou interpretadas como condutas “desviadas” sob a perspectiva de alguns professores, professoras e auxiliares de educação infantil. Durante a experiência, essas práticas de resistência puderam ser observadas durante atividades desenvolvidas pela professora regente da turma que acompanhamos.

Com a entrada do professor substituto, percebemos um tensionamento produtivo em termos de uma ‘dissidência’ às condutas docentes até então vigentes, balizadas fortemente por normas de gênero e sexualidade. Isto é, se algumas atividades pedagógicas eram explicitamente heteronormativas e binárias, com cores específicas para meninas e cores específicas para meninos.

Os brinquedos oferecidos aos alunos durante os horários de “atividades livres”, frequentemente eram distribuídos separadamente, sendo meios de transporte e bonecos de ação endereçados apenas para meninos e jogos de panelas, bonecas e bolsas apenas para meninas. Durante os impasses entre as crianças, por disputas de brinquedo, a representação social do brinquedo disputado sempre tinha maior peso frente as decisões de apaziguamento dos docentes. Se a disputa era dada entre pares – dois meninos ou duas meninas – promovia-se uma conversa para que se pudesse chegar a conclusão de quem estava com o brinquedo primeiro.

Entretanto, se os impasses se davam entre um menino e uma menina, frequentemente o caráter social do brinquedo era levado em consideração. Não era perguntado aos alunos quem havia encontrado primeiro aquele brinquedo, independente do ocorrido, se o objeto em disputa fosse um carro, o menino teria direito a ele, se fosse uma boneca, o direito seria da menina. À nossa entrada como professor substituto, movimentamo-nos em um fazer pedagógico em preocupação crítica, evidenciando algumas atividades e preocupações com a interpelação de gênero. Algumas atividades passaram a ser repensadas e (re)formuladas (por exemplo, as atividades de divisão e ocupação do espaço de sala foram redefinidas, brincadeiras e atividades educativas passaram a ser revistas e repensadas, etc). Ao aplicá-las de maneira não tradicional, percebeu-se como resposta da maioria dos alunos certo grau de resistência, o que ousaríamos ponderar tratar-se de algum estranhamento.

Com as mudanças estruturais nas atividades pedagógicas, as crianças passaram a denunciar, de maneira explícita, atos e/ou comportamentos de outras crianças que cruzavam as linhas de divisão entre meninos e meninas que antes lhes eram impostas. Os lugares da chamada de classe, já não eram mais demarcados como um lado para meninas e um lado para meninos, entretanto, ainda que o discurso pedagógico, naquele contexto, tivesse transcendido ao binarismo sexual e de gênero, antes imposto como regra irrefutável às crianças, os discentes permaneciam, por si só, conservando a ideia de um lado só para meninas e um lado só para meninos. As poucas crianças que tentavam transcender a regra que já não era mais docente, recebiam críticas de outras crianças, muitas vezes seguidas de denúncias ao professor.

Ao longo de um mês, tantos os discursos quanto as atividades pedagógicas (também essas como práticas encharcadas de discurso) começam a sofrer certa reconfiguração nos termos de conduta docente mais ampla, buscando atender a pluralidade do grupo e a preocupação com as resistências. Ao desenvolver do trabalho, sentiu-se a necessidade de ações explicativas a respeito de questões sexuais e de gênero, não apenas voltado ao corpo discente, mas que também contemplasse o corpo docente. Com o passar do tempo, foi apresentado a alguns docentes e a algumas auxiliares

de turmas diferentes pontos de vista em relação às condutas estabelecidas por eles/elas próprios/as do dia a dia da instituição.

Conversas tecidas e (re)construídas de maneira “informal” na sala dos professores, passaram a revelar importantes olhares sobre questões relativas à gênero e sexualidade partindo dos/as outros/as educadores/as, sendo estes/as, em sua maioria, mulheres. As professoras passaram a relatar que sentiam dificuldade em circular pelo campo de gênero e sexualidade por falta de oportunidade de informação e de tempo para busca-las.

Gradativamente, alguns/as profissionais da instituição passaram a estabelecer diálogos em torno destas temáticas, problematizando suas práticas pessoais e práticas outras. De certa forma, estabelecera-se uma rede de apoio dialógico que buscou (e busca) a minimização de reproduções, em termos de planejamento e ações pedagógicas, heteronormativas e sexistas, estabelecendo alguma possibilidade de revisão e crítica curricular nesse cotidiano educativo.

Aos poucos, os murais informativos passaram a propor outras representatividades que não fosse só a heterossexual, branca e cis gênero (pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento), abrangendo maiores possibilidades de arranjos familiares e de outras identidades. As práticas machistas/ (hetero)sexistas – verbais e não verbais – passaram a ser repensadas, tanto pelos/as (e com) os/as profissionais, quanto pelas/com as turmas, refletindo em bons efeitos no cotidiano. Ao longo do período de um mês, pode-se dizer assim, as falas sexistas/machistas entre os alunos diminuíram consideravelmente. Em contraponto, o respeito entre os discentes ampliou de maneira perceptível, com uma redução sensível de comentários e provocações preconceituosas.

Os/as educadores/as da instituição, num prazo maior que o período do estágio de observação, passaram a promover distintos e múltiplos apoios docentes na realização de ações que envolviam a comunidade e os responsáveis, buscando articular suas perspectivas e intenções didático-pedagógicas às perspectivas e culturas da própria comunidade, promovendo espaços que se constituíam enquanto pontes para conversas, pontos de vista e explicações/esclarecimentos junto aos responsáveis das crianças.

Como exemplo destes espaços dialógicos, citamos o dia dos pais e o dia das mães, que foram (re)pensados pelos/as educadores/as da creche e (re)configurados em um só dia, denominado dia da família. Ao ter-se estruturado tal planejamento, foram marcadas reuniões de responsáveis e, dentre outros assuntos, este foi posto em pauta. Contudo, houveram sensíveis preocupações referentes a compreensão dos responsáveis referente aos ‘por quês’ das mudanças.

Junto à comunidade de responsáveis, os/as professores/as se preocuparam em estabelecer um diálogo com a comunidade pautando a realidade da mesma, evidenciando as construções e os arranjos familiares que as próprias crianças e os próprios responsáveis se inseriam, revelando, em reunião, os pluralismos familiares contemporâneos. Com essa perspectiva, oferecia-se e articulava-se com estas famílias a(s) possibilidade(s) de serem representadas de maneira horizontal e múltipla, oficializando em nossa instituição, a esta maneira, outras experimentações em gênero e sexualidade(s) presentes nos cotidianos, tanto quanto anunciando novos possíveis no cotidiano escolar: como a circulação de outros modos de composição familiar e expressões de gênero, de toda a comunidade escolar ali presente.

Após esta conversa, os/as responsáveis passaram a aceitar e apoiar tais atos curriculares, mesmo os/as responsáveis que pertencem/pertenciam a famílias compostas por casais heterossexuais e filhos/as.

Considerações finais:

Ponderamos positivamente sobre os efeitos de posições críticas e voltadas à compreensão da diversidade e da importância das interpelações de gênero, raça e sexualidade no cotidiano. Assumir posições de ousar diálogos e experimentações podem repercutir nos termos do alargamento de experimentações pedagógicas comprometidas com posturas democráticas e sensíveis à diversidade e, certamente, podem provocar resistências. Mas isso significa a produtividade das relações de poder e a vertigem de uma experimentação pedagógica democraticamente vibrátil.

Pudemos observar e compreender a importância das redes dialógicas na composição de relações mais horizontais no cotidiano, que movimentam não apenas docentes e discentes, mas também responsáveis e comunidade escolar em direção do compromisso do currículo vivido e praticado em uma perspectiva participativa e democrática, que contemple a todos os sujeitos que circulam (na/s) e são atravessados pela/s instituição/ões de ensino.

De acordo com Oliveira (2001, s/n):

O cotidiano, assim entendido, aparece como espaço privilegiado de produção curricular, para além do previsto nas propostas oficiais. Especificamente no que diz respeito aos processos de ensino-aprendizagem, as formas criativas e particulares através das quais professoras e professores buscam o aprendizado de seus alunos avançam muito além daquilo que poderíamos captar ou compreender pela via dos textos que definem e explicam as propostas em curso.

Sob tal perspectiva, gostaríamos de salientar a importância do cotidiano e das redes dialógico-discursivas (re)construídas nos viveres e nas práticas educativas diárias, tanto quanto a relevância destes aspectos nas (re)criações e nas (re)movimentações curriculares que, muitas vezes, culminam em articulações simples, mas poderosas, no/s contexto/s educacional/is.

‘Concluímos’, desta forma, que num mundo que tem se mostrado cada vez mais hostil à diversidade e às práticas democráticas, é preciso compromissos pedagógicos implicados com a potência de vida, com o diverso e colorido, possibilidade de reconfiguração de antigos ambientes e antigas perspectivas, proporcionando mais que um arco-íris de possibilidades, mas uma paleta de cores infinitas e multiversos sentidos e formas de *aprenderensinar* no/ com os cotidianos (ALVES, 2008).

Agradecimentos:

À todos/as os/as profissionais envolvidos/as nos processos educacionais que permearam e compuseram as práticas, observações e reflexões aqui descritas e refletidas, nossos agradecimentos. Crer no potencial transformador da educação é crer em um futuro possível para todos.

Referências:

- ALVES, N. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda (Orgs.). Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes. Petrópolis: DP et alii, 2008.
- AGUIAR, K; ROCHA, M. L. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23 (4), (p. 64-73), 2003.
- LOURO, G. L. Pedagogias e Sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.
- MARASCHIN, C. Pesquisar e intervir. *Psicologia e Sociedade*. vol.16, n.1, p. 98-107, 2004.
- OLIVEIRA, I. B.. A Produção cotidiana de alternativas curriculares. In: *XXIV Reunião anual da ANPEd*, 2001, Caxambu. XXIV Reunião Anual da ANPEd. Caxambu: ANPEd, 2001.
- POCAHY, F. A. Interseccionalidade: uma prática-teorização feminista possível na “era pós-gênero”? In: DORNELLES, P. G; WNWITZ, I; SCHWENGBER, M. S. V. *Educação Física e Gênero. Desafios Educacionais*. 1 ed. Ijuí : Editora da UNIJUÍ, 2013, v.1, p. 69-87.
- VIGOYA, M. V. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidade en el contexto

latinoamericano actual. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, Caldas, (1), 63-81, 2009